

01 abr 2020 / 12:16

## Título de artigo do Público é enganador, podendo manipular a opinião pública, pelo que deve ser corrigido

A FENPROF emitiu, em 31 de março, uma [nota à comunicação social](#), na qual, suportando-se nas informações da DGS de que as próximas semanas seriam de grande aumento dos casos de contágio por COVID-19, defende que o Ministério da Educação deverá suspender o funcionamento das designadas escolas de referência para acolhimento de crianças até aos 12 anos. Deverá fazê-lo porque, como refere a nota da FENPROF, esses espaços são “nichos de risco acrescido, uma vez que crianças, de famílias onde já é grande o risco de contágio, teriam de permanecer todo o dia com outras crianças de risco semelhante”. [Esta é, aliás, a posição da FENPROF desde o momento em que tal tipo de resposta social foi estabelecido.](#)

Tal como a FENPROF tem vindo a defender, aquilo que melhor protegeria os filhos dos trabalhadores das profissões consideradas essenciais, bem como outros possíveis implicados, seria a possibilidade de **a família poder escolher um cuidador que garanta o devido acompanhamento, incluindo a ligação ao(s) seu(s) professor(es) ou educador(es), pelas vias estabelecidas pela escola, sendo atribuídas a esse cuidador as condições financeiras legalmente previstas para a família.** Posição que já assumira quando enviou propostas sobre esta matéria para Primeiro-Ministro, Ministro da Educação, Ministra da Saúde, Parlamento e Conselho Nacional de Educação, disso tendo informado a comunicação social e divulgado no seu site e redes sociais. Essa possibilidade, aliás, já foi avançada pelo Ministério da Saúde para as profissões da sua área, não existindo, ainda, para outras consideradas essenciais nesta fase de emergência.

Lamentavelmente, numa altura em que a convergência em torno do mesmo objetivo deve ser a preocupação de todos os portugueses, **o jornal Público, em artigo assinado por Clara Viana, subverte aquela mensagem, escrevendo no título da notícia que a “Fenprof exige que escolas suspendam já o acolhimento de filhos de profissionais da saúde” e ignorando (ou não?) o impacto muito negativo que essa mensagem – deturpada – passaria para a opinião pública. A isso acresce o silenciamento da alternativa quanto ao acolhimento das crianças defendida pela FENPROF, e ainda, quanto à questão do fornecimento das refeições que, obviamente, não pode ser interrompido. Sem pôr em causa a autonomia dos profissionais da comunicação social na abordagem dos diversos temas, a FENPROF não pode deixar de repudiar essa abordagem quando ela passa mensagens não rigorosas, enganadoras e, por isso, manipuladoras da opinião pública.**

A FENPROF entende que o jornal Público deverá corrigir o título do artigo em questão e atribuir espaço para esclarecer a sua posição, uma vez que a forma como esta foi divulgada subverte o conteúdo do comunicado, gerando situações de conflitualidade na sociedade portuguesa em relação à maior organização sindical de professores. Se não é este o propósito e se vigorarem princípios de rigor, o Público estará disponível para tal.

**A FENPROF reitera o seu apoio, solidariedade e orgulho com o Serviço Nacional de Saúde e os seus profissionais e reafirma que só um serviço público como este, com profissionais de elevado nível de responsabilidade e profissionalismo, poderia dar a excelente resposta que está a dar, nas condições em que o fazem. A FENPROF estende o seu apreço a todos os trabalhadores de funções consideradas essenciais para a superação do estado de emergência que nos encontramos, e afirma que a valorização dos papéis dos trabalhadores na nossa sociedade não pode ser uma atitude meramente conjuntural em resultado da situação pandémica que Portugal enfrenta.**

**Também a Escola Pública e os seus profissionais continuarão a estar à altura do momento que vivemos, contribuindo, com a sua ação, para que o mesmo se ultrapasse e os alunos portugueses possam, dentro do possível, ver atenuados os prejuízos que atual situação de emergência acarreta.**

### ARTIGOS RELACIONADOS:

- [NO MOMENTO EM QUE A DGS REFORÇA O AVISO DE QUE A SEMANA QUE SE SEGUE É PARTICULARMENTE SENSÍVEL](#)  
**Escolas de acolhimento têm ainda menos sentido em pleno estado de emergência e com epidemia a agravar-se**
- [TRABALHADORES DE SERVIÇOS ESSENCIAIS NÃO COLOCARAM OS SEUS FILHOS NAS ESCOLAS DE ACOLHIMENTO](#)  
**FENPROF reafirma que governo deve garantir recurso a cuidador**